



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AOS PARTICIPANTES NA CONFERÊNCIA PROMOVIDA
PELA "UNIÃO MUNDIAL DEMOCRÁTICO-CRISTÃ"**

Sexta-feira, 19 de Fevereiro de 1982

Senhoras e Senhores

Desejo boas-vindas a todos vós, membros e representantes da União Mundial Democrático-Cristã: vós que tendes responsabilidades políticas nos governos e nos parlamentos das vossas respectivas nações; vós que, de modos diversos, representais os vossos países nos conselhos internacionais e continentais; vós todos que aceitastes e continuais a aceitar a participação activa na acção política no âmbito da democracia e inspirando-vos nos princípios cristãos.

1. Desejo em primeiro lugar exprimir-vos a minha estima e o meu encorajamento para as responsabilidades que assumis. A vossa tarefa não consiste porventura em contribuir para a construção, ao nível dos instrumentos jurídicos ou das decisões políticas, de uma *ordem de justiça* entre os homens e as mulheres no interior das sociedades que para isso vos elegeram livremente ou que vós quereis servir com este propósito, e também entre os Estados que formam juntos a comunidade das nações? A protecção da vida de cada cidadão, da sua dignidade, dos seus direitos invioláveis, como também a busca do bem comum da sociedade, são estas as duas pedras-de-toque de um digno exercício do poder. A democracia exige que este seja desempenhado "com a participação moral da sociedade ou do povo" (cf. Encíclica *Redemptor Hominis*, 17), no interesse do conjunto dos cidadãos e respeitando as suas liberdades fundamentais. É de igual modo o que se adequa a um espírito cristão, com profunda solicitude pelo bem comum, e a preocupação de preparar leis justas, isto é que estabeleçam relações mais equitativas entre os cidadãos, mas também encoragem os valores humanos e garantam as exigências éticas da ordem moral. Tudo isto requer clarividência, competência, honestidade, desinteresse e coragem. Isto é a grandeza do vosso compromisso.

2. Mas hoje não quero deter-me sobre isto. Porque penso no tema tão actual tratado pela conferência internacional que vos reúne aqui nestes dias: "O terrorismo, a violência política e "a defesa da democracia e dos direitos humanos".

Sentimos de facto esta exigência de responsabilidade de modo particularmente agudo quando devemos enfrentar o fenómeno insensato do terrorismo no Estado e para além das fronteiras do Estado. O terrorismo é a antítese de tudo o que procurais promover como democratas e como cristãos. O terrorismo é o oposto da lei e da razão. O terrorismo procura mutilar e destruir as pessoas e a sociedade com actos que são fundamentalmente actos de violação: violação dos valores humanos garantidos pelas leis e também violação da dignidade e da vida humana (cf. o meu discurso à *União dos Juristas Católicos Italianos*, 6 de Dezembro de 1980).

3. Mas antes de tudo, o que é que dá ao terrorismo de hoje a sua extensão, o seu impacto, o seu carácter tão perigoso e tão inquietante? As análises do fenómeno certamente não faltam, e não posso retomá-las aqui de modo exaustivo.

Todo o mundo verifica em primeiro lugar que os terroristas podem dispor hoje de armas temíveis que arranjam com demasiada facilidade. Isso favorece a sua obra destruidora, mas não basta para explicar as raízes do fenómeno nem a sua gravidade.

Há sobretudo o facto que o terrorismo pôde tornar-se uma arma psicológica eficaz, graças à repercussão imediata e universal que lhe dão os mass media, achando sua obrigação publicar a notícia.

Mais profundamente, ficaria por explicar porque é que seres humanos como nós recorrem a este meio lamentável. Impulsos de violência dormem desde sempre no coração dos homens, como também impulsos de paz, de amor; sem dúvida os primeiros são mais acesos hoje. Será a recrudescência das injustiças ou a tomada de consciência das mesmas que suscita tão violentas reacções? Mas como pode a causa invocada justificar o método? Há sobretudo a difusão cada vez mais frequente das ideologias de violência, de luta de ódio, que deformam a consciência ao ponto de tirar todo o escrúpulo àqueles que ordenam ou realizam estes actos bárbaros, ainda mais, que os levam a justificar-se, a gloriar-se como se fosse um dever ou uma boa acção. O mal é profundo no pensamento e no coração do homem.

Há por fim a cumplicidade de toda uma organização internacional de terrorismo, que encontra apoios ou incitamentos secretos nesta ou naquela força.

Existem sem dúvida muitas espécies de terroristas. Alguns invocam a justiça de uma causa que não chega a fazer-se compreender convenientemente pelos meios pacíficos, ou os direitos de povos que foram gravemente lesados no passado ou no presente, e tomam por alvo as pessoas ou as instituições simbólicas, não raro fora do seu país. Outros querem francamente criar o

pânico para destruir as bases da sociedade do próprio país por eles considerado injusto e decadente, mas sem algum respeito pelas instituições democráticas existentes e sem algum espírito construtivo.

4. Depois da análise sumária destas raízes, causas ou pretextos, é tempo de fazer a apreciação ética do comportamento terrorista.

Quaisquer que possam ser as raízes da acção terrorista, quaisquer que possam ser as tentativas de justificação, não podemos deixar de repetir ainda e sempre: *o terrorismo não é nunca justificado numa sociedade civil*. É um retorno sofisticado à barbárie, ao anarquismo. É sempre manifestação de ódio, de confusão ideológica, com o propósito de semear a incerteza, o medo, na vida nacional e internacional (cf. o meu discurso à Cúria Romana, 22 de Dezembro de 1981, n. 12). Quer justificar o seu fim — e por vezes um miserável fim — com meios indignos do homem. Atribui as culpas aos bens e a um património precioso, sem respeito algum pelos direitos que sobre eles têm legitimamente as pessoas ou a sociedade. Sobretudo — e isto não pode ser admitido sob pretexto algum — atacam cobardemente, sob forma de rapto, de tortura ou de assassinio, a liberdade e a *vida humana de inocentes* sem defesa, que nada têm a ver com a causa invocada ou que são apenas o símbolo de uma responsabilidade ou de um poder que eles contestam.

5. Quando pensamos no número de pessoas inocentes. Chefes de Estado, homens políticos, polícias, industriais, chefes sindicais ou personalidades religiosas, pessoas, todas elas, que deram o próprio contributo à sociedade mediante as suas responsabilidades e que foram vítimas do terrorismo, ficamos pelo menos atónitos com estes crimes. Quando vemos como o edifício da sociedade, tão pacientemente construído, conservado com tanto zelo por honestos cidadãos e chefes responsáveis, pode ser saqueado e destruído, temos pois verdadeiramente razão para nos alarmar. Quando consideramos o facto de que estes actos de terrorismo não se limitam apenas a um país, mas parecem o fruto de uma rede insidiosa com intrigas e fins internacionais, então devemos lançar audazmente o desafio e, em nome de todos os povos, unirmo-nos para vencer as forças do ódio e do mal e evitar que elas substituam a ordem da justiça, os pacíficos caminhos da negociação racional e a busca difícil da democracia mediante um sistema de regulamento de contas arbitrarias que se aparenta com o da floresta.

A violência não gera senão a violência. Em última instância, o terrorismo destrói-se a si mesmo, porque no seu ódio cego e insensato, traz os germes da própria destruição. Entretanto, devemos apressar-lhe a derrota e a conversão dos seus adeptos colaborando todos para isso, cada um no seu próprio nível de responsabilidade.

6. Não basta, de facto, observar e lamentar-se. É necessário lançar o desafio. *É necessário agir*, agir eficazmente. É necessário levar a este mal que mina as nossas sociedades um remédio adequado, e isto a vários níveis.

Ao nível internacional, é preciso fazer progredir a solidariedade entre os Estados para que seja unanimemente desmascarado, denunciado, condenado e sancionado todo o acto de terrorismo, quaisquer que sejam os pretextos invocados. É um método selvagem, inumano, que deve ser totalmente banido. E o Estado que encoraja tal método e se torna cúmplice dos instigadores do mesmo desqualifica-se para falar de justiça diante do mundo.

Ao nível de cada sociedade, é também necessário levar remédios correspondentes a uma análise lúcida das causas do terrorismo. Certamente, é mais necessário do que nunca — graças às leis, aos decretos e às medidas de segurança apropriadas que fazem parte do campo da vossa responsabilidade — proteger a vida e os direitos dos indivíduos inocentes, como também os legítimos direitos das instituições democráticas, e portanto prevenir e pôr fora de combate aqueles que tomaram a decisão de não os respeitar. Mas, embora levando em conta as subversões vindas do estrangeiro, é necessário perguntar-mo-nos porque é que o terrorismo continua a recrutar tantos adeptos entre os homens e as mulheres desta geração. É preciso fazer tudo a fim de prestar atenção aos direitos que possam ter sido lesados, para estabelecer ou restabelecer relações equitativas entre os diversos componentes da sociedade, a fim de cumprir um serviço honesto em todas as escalas, e de modo especial junto daqueles que detêm o poder, que desejam assumir ou conservar responsabilidades políticas. Assim poderemos tirar aos terroristas os pretextos que eles apresentam para atrair determinados simpatizantes.

E ao mesmo tempo, embora mantendo uma justa liberdade de opinião, é necessário criar um clima tal que os educadores, os professores e os publicistas deixem de atizar o ódio, de apresentar a violência como um remédio, de menosprezar os direitos dos outros, de deixar crer que só uma destruição radical da sociedade pode permitir que se encontre uma sociedade mais humana. Os terroristas de hoje não são em parte o fruto de uma certa educação? É necessário suscitar educadores que aprendam a construir dia a dia, com meios pacíficos e segundo uma autêntica responsabilidade, uma sociedade mais justa.

Sim, em definitivo, a melhor resposta à violência política é sempre e era toda a parte um tipo de sociedade onde as leis sejam justas, onde o governo faça tudo para satisfazer as legítimas necessidades das populações e onde os cidadãos possam, com segurança e paz, viver juntos e construir o seu próprio futuro e o dos seus compatriotas.

7. Uma sociedade assim requer certamente *uma honestidade muito grande* em todos os níveis, como eu já mencionei.

Da parte dos que governam, em primeiro lugar. Porque, sem esta probidade de carácter nos chefes políticos, todos os actos do governo se tornam rapidamente suspeitos e deterioram a atmosfera social, É desnecessário sublinhar que esta honestidade, esta lealdade e este desinteresse dizem respeito não só aos governantes mas igualmente aos parlamentares, aos funcionários das diversas instituições, e também, a título particular, às pessoas empenhadas no

campo da informação a todos os níveis. Os cidadãos têm direito, de facto, à honestidade dos seus responsáveis; têm direito à verdade, a uma verdade isenta de alteração e de manipulação. As mentiras, as insinuações tendenciosas, as afirmações falsas despedaçam a sociedade e preparam o terreno, de longe ou de perto, para a acção absolutamente insensata dos terroristas.

8. Esta obra capital e permanente de sanear e aperfeiçoar o funcionamento das esferas de governo de todas as nações ao serviço do povo, apesar das incompreensões, as críticas ou as violências injustificadas, comporta grandes exigências de tenacidade e de sangue-frio, que são admiráveis e poderiam mesmo desencorajar aqueles que lhes consagram generosamente o próprio talento e a própria vida! Sabemos que a palavra "desencorajamento" não é digna do homem, e ainda menos do cristão. Nos dias sucessivos ao acontecimento de 13 de Maio e durante a minha longa convalescença, meditei muito sobre o mistério do mal, da sua expansão algumas vezes tão contagiosa, mas igualmente — e o número incalculável de testemunhos de simpatia que recebi ajudaram-me nisso — sobre o mistério, mais extraordinário ainda, da solidariedade dos homens no bem, na construção e na reconstrução de uma sociedade e de uma civilização fundada sobre o amor e a partilha. E a frase bem incisiva do Apóstolo Paulo vinha-me frequentemente à memória: "Não te deixes vencer pelo mal; vence antes o mal com o bem" (*Rom* 12, 21).

Caros amigos, queria que partísseis do vosso congresso romano e deste encontro com renovadas convicções e energias. Se todos aqueles que têm responsabilidades nos diversos níveis da vida de cada nação ou da vida internacional anuem finalmente em dar-se as mãos para constituir uma cadeia de solidariedade que tenha por objectivo fazer desaparecer a praga abominável do terrorismo e evitar todas as causas de reaparecimento do mesmo, então podemos crer no futuro do mundo e no advento de uma civilização verdadeiramente humana. E dado que me dirijo a cristãos, invoco, para vós e convosco, a luz e o poder de Deus para avançar corajosa e serenamente pelos caminhos do que, na verdade, se pode chamar paz, liberdade, responsabilidade, democracia e justiça, e de todo o coração vos abençoo.

© Copyright 1982 - Libreria Editrice Vaticana